

RADAR ÁSIA-PACÍFICO



Julho 2024

RADAR ÁSIA-PACÍFICO
JULHO 2024
v.3 n.3



LIGA DE ESTUDOS
ÁSIA-PACÍFICO
PUC-RIO

SOBRE A LIGA DE ESTUDOS ÀSIA-PACÍFICO

A Liga de Estudos Ásia-Pacífico (LEAP) é um projeto extracurricular idealizado e desenvolvido por alunos do curso de graduação de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Por meio de atividades extracurriculares de ensino, pesquisa e extensão, a LEAP tem por objetivo principal aprofundar a contribuição dos discentes da universidade nos debates acadêmicos acerca das questões de cooperação, conflito, política e cultura dos países da Ásia-Pacífico.

O Radar Ásia-Pacífico é a análise de conjuntura bimestral escrita pelos ligantes da LEAP, com a finalidade de discutir os temas latentes que dizem respeito à cooperação e conflito na região nos últimos dois meses.

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do(a)s autor(a)(es) não refletindo, necessariamente, a posição das instituições envolvidas.

EQUIPE LEAP

Professor coordenador da LEAP
Victória Monteiro da Silva Santos

Presidentes da LEAP

Gabriel Porto Póvoas
Maria Gabriela Veloso Camelo

Diretores da LEAP

Beatriz Nardy de Queiroz
Luiza Simões Bethlem Monteiro
Sofia Mendes Magalhães

RADAR ÁSIA-PACÍFICO

Julho /2024. Rio de Janeiro.
PUC - Liga de Estudos Ásia-Pacífico
35p; 29,7 cm

1. Ásia-Pacífico;
2. Cooperação;
3. Conflito;



LIGA DE ESTUDOS
ÁSIA-PACÍFICO
PUC-RIO

SUMÁRIO

RADAR ÁSIA-PACÍFICO
JULHO 2024
v.3 n.3

1

ENCONTRO ENTRE XI JINPING E GERALDO ALCKMIN E AS CONSEQUÊNCIAS PARA O BRASIL

Gabriel Porto Póvoas
Érico Azera Gonçalves da Rocha

2

POLÍTICA ENERGÉTICA JAPONESA

Guilherme Temke

3

ENTRE BALÕES E MÍSSEIS: A PERSISTÊNCIA DO CONFLITO COREANO

Raíssa Cristina Caliano da Silva
Sofia Mendes Magalhães

4

CAMINHOS PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO NA ÁSIA-PACÍFICO: INTEGRAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Mariana Soares Azevedo Quintanilha
Giovanna Martins Athayde

5

O IMPACTO DO “GOLD GALA” NA ÁSIA PACÍFICO

Luiza Simões Bethlem Monteiro
Matheus Lopes de Albernaz
Samia Abinader Franco

6

CHINA E TAIWAN: ELEIÇÕES E OPERAÇÕES MILITARES

Maria Gabriela Veloso Camelo
Marina Conde Galvão Zenha

1

ENCONTRO ENTRE XI JINPING E GERALDO ALCKMIN E AS CONSEQUÊNCIAS PARA O BRASIL

Gabriel Porto Póvoas

Érico Azera Gonçalves da Rocha

Tem sido possível observar, especialmente diante de seus altos índices de crescimento econômico, uma aproximação entre China e Brasil que se concretiza em projetos de cooperação multilateral e parcerias comerciais ao longo dos últimos anos. Este é um fenômeno datado do período da Guerra Fria, muito por conta de um processo de avanço promovido pela necessidade do governo brasileiro de diversificar suas parcerias. Inicia-se neste sentido uma aproximação política com a China no plano multilateral, muito embora os laços econômicos bilaterais do Brasil com o leste asiático tenham permanecido por muitos anos ao Japão, tendo havido somente na década de 1990 um fortalecimento da aproximação econômica, e não apenas política, com a China. (De Oliveira, 2004)

Essa histórica aproximação se deve a um momento de internacionalização das cadeias econômicas globais, cuja diluição cada vez mais acentuada das fronteiras comerciais criou pressões para uma ampliação das relações entre países em detrimento do isolacionismo. É notável mencionar que, no período pré-Guerra Fria, o estabelecimento de relações com a China era benéfico para o Brasil no que dizia respeito à garantia de mão-de-obra para suprir as necessidades da economia agrícola, especialmente nas plantações de café em São Paulo, o que evoluiu para a possibilidade de atrair investimentos importantes para setores estratégicos da economia brasileira, como agricultura, manufatura, tecnologia e energia, especialmente tendo em vista que a China é a maior parceira comercial do Brasil desde 2009. (De Oliveira, 2016) Além dos benefícios econômicos diretos, o Brasil também valoriza a parceria estratégica com a China em fóruns internacionais, buscando uma cooperação mais robusta no contexto Sul-Sul para fortalecer posições comuns e defender interesses compartilhados em negociações globais – como é o caso da atuação conjunta desses atores no G20, por exemplo, grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Africana e União Europeia.

É a partir desses interesses que se analisa o alinhamento histórico entre Brasil e China não apenas no campo político, econômico e financeiro, mas também

ideológico. No dia 7 de junho deste ano, o vice-presidente brasileiro Geraldo Alckmin concluiu sua missão de quatro dias na China, marcada por uma última reunião com o presidente chinês Xi Jinping. O encontro, que sucedeu, entre outras coisas, o arrecadamento de R\$ 24,6 bilhões em concessões de crédito para o Brasil, teve como objetivo reforçar a parceria entre ambos os países diante da celebração de 200 anos de relações diplomáticas, além do fortalecimento do escopo bilateral para promoção da união e cooperação dos países em desenvolvimento. (Brasil, 2024)

Neste sentido, é crucial tecer uma análise da reunião para além de um mero encontro, e sim como parte de um esforço coletivo de cooperação e parceria entre China e Brasil, especialmente no que diz respeito a agendas do presente, como o G20. O encontro, que transcende um esforço para arrecadar fundos e recursos, pode ser também entendido como parte de um projeto idealizado pelo governo brasileiro de angariar apoio na cobertura de pautas importantes para si, como é o caso da transição energética, segurança alimentar e reforma da governança multilateral – promovendo, assim, uma sinergia de interesses entre Brasil e China à medida que esta se torna cada vez mais relevante a nível internacional. É necessário portanto compreender a reunião como a preparação de um terreno para a continuação de coordenações estratégicas entre ambos os países, localizada sobretudo no plano do multilateralismo e das novas infraestruturas da governança global.

Além disso, a cooperação bilateral se estende ao campo científico e tecnológico, com iniciativas conjuntas em pesquisa e inovação. Ambos os países têm promovido intercâmbios acadêmicos e científicos, visando não apenas o desenvolvimento de novas tecnologias, mas também o compartilhamento de conhecimento em áreas de interesse mútuo, como agricultura sustentável, biotecnologia e inteligência artificial. Ademais, a parceria tem implicações geopolíticas significativas, à medida que ambos os países buscam diversificar suas relações internacionais e reduzir dependências unilaterais. Esse movimento não só fortalece a posição de cada país em seu respectivo hemisfério, mas também aumenta sua influência em uma ordem mundial cada vez mais multipolar. Portanto, o encontro entre Xi Jinping e Geraldo Alckmin sinaliza uma colaboração estratégica contínua e o compromisso de ambos os países em enfrentar desafios globais comuns através do multilateralismo e da cooperação internacional.

O encontro entre Geraldo Alckmin e Xi Jinping, presidente da China, em 2024, ocorreu em um contexto crucial para as relações comerciais entre Brasil e China, especialmente no que diz respeito ao superávit comercial favorável ao Brasil. Durante a reunião, foram discutidos diversos aspectos estratégicos e econômicos que moldam essa dinâmica bilateral. O Brasil, como um dos principais exportadores globais de commodities, tem na China um mercado essencial para produtos como soja, minério de ferro, carne bovina e outros recursos naturais. Este comércio tem contribuído significativamente para o superávit comercial brasileiro com a China (Bermúdez, 2024), uma vez que as exportações superam substancialmente as importações provenientes do país asiático.

Além das commodities, o encontro abordou iniciativas para expandir a cooperação em outros setores, como infraestrutura, tecnologia e energia renovável. A China tem investido cada vez mais em projetos de infraestrutura na América Latina, incluindo no Brasil, o que representa uma oportunidade para ampliar a parceria econômica bilateral em novas áreas (Brasil, 2024). Questões ambientais e sustentabilidade também foram pautadas, dada a importância crescente de políticas ambientais e energéticas no cenário internacional. Os anos de 2010 e 2011 marcaram a consolidação da entrada do investimento estrangeiro direto (IED) chinês no Brasil, devido às grandes aquisições por corporações chinesas, principalmente na indústria extrativa, mas também no segmento de transmissão de energia. (Brito; Garcia; Rodriguez; Thompson, 2023) Uma parte significativa dos projetos e do volume investido foi concentrada no período de três anos entre 2015 e 2017. Esse volume é resultado da intensificação das relações diplomáticas entre Brasil e China em 2014 e 2015, quando o Presidente Xi Jinping (2014) e o Premier Li Keqiang (2015) visitaram o Brasil e os países assinaram 35 acordos bilaterais totalizando US\$ 53 bilhões em investimentos. No referido período de três anos, o setor de energia recebeu o maior volume de investimentos, principalmente devido à aquisição pela State Grid de uma participação majoritária na CPFL em 2017 por um total de US\$ 12,5 bilhões. Este acordo marcou a entrada da State Grid em novos segmentos do setor elétrico brasileiro fora do subsector de transmissão. Outros projetos importantes incluem a instalação da linha de transmissão Xingu-Rio pela State Grid e a aquisição das hidrelétricas de Jupia e Ilha Solteira e dos ativos da Duke Energy e Triunfo Participações pela China Three Gorges (CTG). Numerosos projetos também foram implementados na indústria de manufatura, nomeadamente nos subsetores de tecnologia, auto-

motivo e de máquinas industriais.

Pode-se observar, portanto, que diante das inúmeras reuniões e da grande quantidade de encontros realizados entre os dois países em matéria de cooperação em agendas comuns, que o processo de parceria tem sido construído historicamente, sendo assim o encontro entre Xi Jinping e Alckmin um efeito colateral de anos e anos de esforços coletivos de ambas as partes. Tanto o Brasil quanto a China têm desafios e oportunidades nesse sentido, podendo colaborar em iniciativas que promovam desenvolvimento sustentável e mitigação dos impactos ambientais. Em suma, o encontro entre Alckmin e Xi Jinping reflete não apenas a importância econômica mútua, mas também o potencial para fortalecer laços estratégicos entre duas das maiores economias emergentes do mundo, influenciando não apenas suas respectivas economias, mas também o panorama global de comércio e desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERMÚDEZ, Ángel. Como Brasil foi chave para América Latina bater recorde de exportação para China em 2023. **BBC News Brasil**, 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c72pdx8yrrpo>. Último acesso: 20 de jun. 2024.

BRITO, Cleiton; GARCIA, Ana Saggiore; RODRIGUEZ, Maria Elena; THOMPSON, Lisa. **The Political Economy Of South-South Relations: A Comparative Analysis Of China's Investments In Brazil And South Africa**. Brics Policy Center, 2023.

DE OLIVEIRA, Henrique Altemani. Brasil-China: uma parceria predatória ou cooperativa?. *Revista Tempo Do Mundo*, v. 2, n. 1, p. 143-160, 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. "Alckmin encontra Xi Jinping e conclui missão oficial à China que resultou em mais de R\$ 24 bilhões em créditos para o Brasil." **Governo Federal**, 07 jun. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/alckmin-encontra-xi-jinping-e-conclui-missao-oficial-a-china-que-resultou-em-mais-de-r-24-bilhoes-em-creditos-para-o-brasil#:~:text=Encontro%20com%20Xi%20Jinping&text=Ao%20longo%20da%20miss%C3%A3o%20oficial,maior%20entre%20Brasil%20e%20China>. Último acesso: 20 de jun. 2024.

2

POLÍTICA ENERGÉTICA JAPONESA

Guilherme Temke

Durante os anos 90, o Japão era reconhecido como um dos principais líderes globais em questões climáticas e esteve na vanguarda das discussões sobre a redução da emissão de gases do efeito estufa (GEEs). Em 1997, o país sediou a 3ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que resultou no histórico Protocolo do Kyoto, o primeiro tratado internacional para controle da emissão de GEEs na atmosfera. No entanto, apesar de ser atualmente a terceira maior economia do planeta e ter estabelecido como meta a neutralidade de carbono até 2050, o Japão se destaca como o país do G7 com as maiores dificuldades e atrasos em sua transição energética. Logo, uma análise da política energética japonesa se mostra crucial para compreender os desafios que até mesmo os países do Norte Global enfrentam ao tentar eliminar sua dependência de combustíveis fósseis diante de limitações geográficas e geopolíticas.

Sendo um país insular com mais de 120 milhões de habitantes, industrializado, e com limitados recursos naturais, o Japão é um dos países menos auto-suficientes em energia no mundo. O país depende da importação por via marítima das principais matérias primas utilizadas em sua matriz energética: petróleo, carvão e gás natural. Em 2022, foi necessária a importação de 90% da energia consumida por sua população (IEA, 2023), o que torna o Japão particularmente vulnerável a interrupções no fornecimento dessas commodities e a choques de preço nos mercados internacionais. Tendo em vista essa elevada dependência, a garantia de sua segurança energética tem sido um ponto central da política externa japonesa desde o fim da Segunda Guerra.

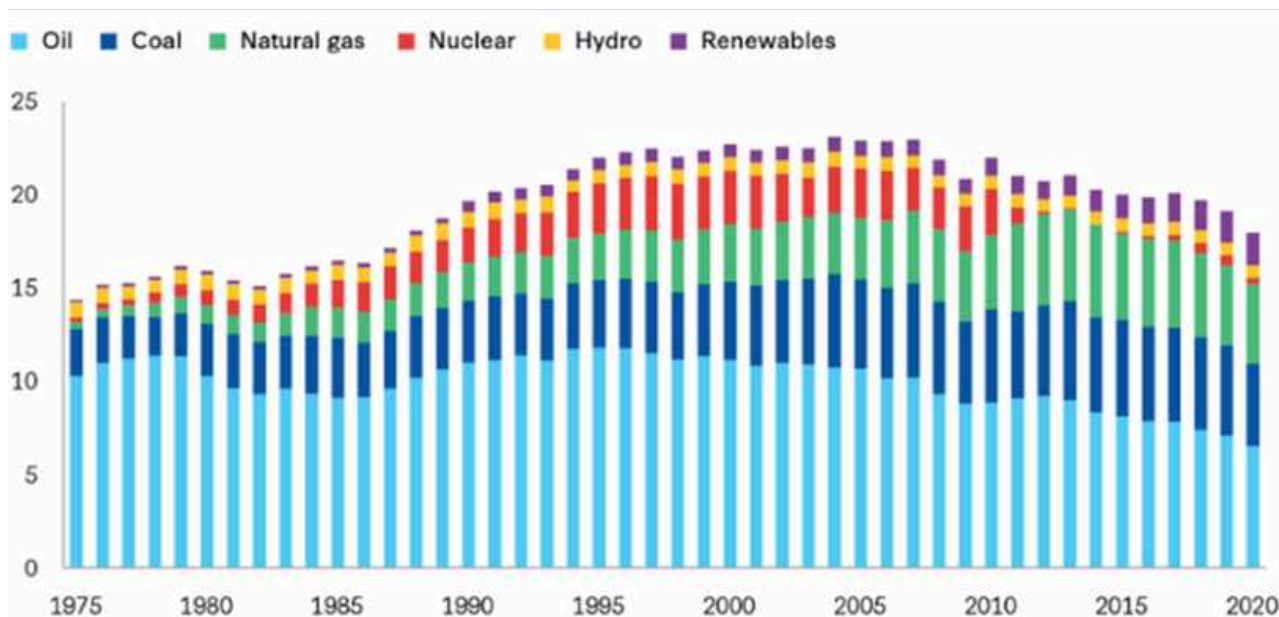
Ao longo dos anos, nota-se que o Japão apostou nos países do Oriente Médio, particularmente na Arábia Saudita e nos Emirados Árabes Unidos, como principais parceiros estratégicos para o fornecimento de petróleo de forma barata e confiável. Contudo, os choques do petróleo na década de 70 evidenciaram a perigosa dependência do Japão em relação aos países da região, que ainda hoje é responsável por mais de 80% das importações de petróleo dos japoneses. Em resposta a essa vulnerabilidade, o Governo japonês

instaurou uma política de forte incentivo à energia nuclear, a estabelecendo como um pilar fundamental para sua segurança energética (CSIS, 2024).

A contínua promoção da energia nuclear ao longo das décadas fez com que, em 2010, essa fonte representasse 30% da energia elétrica consumida no Japão (FEPC, 2015). A forte esperança depositada pelo país na geração nuclear ficou evidente pelo Plano Estratégico de Energia publicado em 2010, que previa que, até 2030, 50% do consumo elétrico japonês seria suprido por fontes nucleares (CSIS, 2024). No entanto, em 2011, com o terremoto e o consequente desastre nuclear em Fukushima, esse cenário mudou drasticamente.

Após o acidente na usina nuclear de Fukushima, o Governo e a opinião pública japonesa se voltaram decisivamente contra a utilização da energia nuclear (NPR, 2011). Como consequência, em um período de três anos, o país desativou todos os seus 54 reatores nucleares em operação e apostou no gás natural e em energias renováveis para suprir o vácuo deixado pela energia nuclear.

O gás natural já era uma fonte energética importante para o Japão desde os anos 70, quando passou a ser utilizado como alternativa ao carvão e ao petróleo, que causavam elevados níveis de poluição nas cidades locais. Entretanto, como as ilhas japonesas não são conectadas a gasodutos internacionais, o gás natural consumido pelo país precisa ser importado na sua forma liquefeita (LNG, na sigla em inglês). Inclusive, empresas japonesas desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento da tecnologia que possibilitou a criação e o uso eficiente do LNG (Weems, 2014). Atualmente, o gás natural é a segunda principal fonte energética do país, atrás apenas do petróleo e, em 2022, o Japão ultrapassou a China, tornando-se o principal importador mundial de LNG (Statista, 2023). Diferentemente da importação do petróleo, altamente concentrado no Oriente Médio, o fornecimento de LNG para o Japão é mais diversificado, incluindo parceiros no Oriente Médio, na Austrália e nos Estados Unidos.

Figura 1: Consumo primário de Energia do Japão, por fonte, em Exajoules.

Source: "Energy White Paper 2023 (FY 2022 Annual Report on Energy)," Japanese Agency for Natural Resources and Energy, June 2023, <https://www.enecho.meti.go.jp/about/whitepaper/2022/html/2-1-1.html>.

CSIS | ENERGY SECURITY AND CLIMATE CHANGE PROGRAM

Fonte: (CSIS, 2024)

Paralelamente às importações de LNG, o Japão passou a investir na geração de energias renováveis para assegurar a resiliência de sua política energética. Atualmente, 24% da eletricidade do país advém de fontes renováveis (ISEP, 2023) e o país possui a terceira maior capacidade instalada de energia solar, atrás apenas de China e dos Estados Unidos (Energy Monitor, 2023).

No entanto, a expansão de fontes renováveis no Japão ainda enfrenta sérios desafios, a começar pelos obstáculos geográficos. Devido ao seu terreno montanhoso e à forte competição por terra com a agricultura, há uma limitação relevante para a instalação de painéis solares e parques eólicos *onshore*. O potencial para instalação de eólicas *offshore* também é restringido pela plataforma costeira íngreme das ilhas japonesas (CSIS, 2024). Adicionalmente, a estrutura particular do sistema elétrico japonês faz com que o Japão seja um dos poucos países do mundo onde as fontes renováveis de energia ainda não conseguem competir financeiramente com os combustíveis fósseis. Atualmente, o custo de energia proveniente de eólicas *onshore* no Japão é cerca de três vezes mais elevado do que no Brasil ou na China (Japan Times, 2023).

Mesmo com os inegáveis avanços nas fontes renováveis, a desativação dos reatores nucleares fez com que o Japão fosse um dos únicos países do Norte Global a experimentar um aumento na dependência de combustíveis fósseis em sua matriz energética ao longo da última década (Japan Times, 2023). Essa precária situação de dependência energética sofreu um baque adicional com a eclosão do conflito na Ucrânia em 2022.

Até 2022, a Rússia era vista como um parceiro estratégico do Japão para diversificar suas importações de petróleo e, sobretudo, gás natural, com empresas japonesas investindo fortemente em projetos russos para novos terminais de LNG. Em 2021, a Rússia era o 3º maior fornecedor de carvão e o 5º maior de petróleo e gás natural para o Japão (Riise, 2022). Após a invasão da Ucrânia, o Governo japonês deixou de considerar a Rússia como um parceiro na área energética e passou a classificar o país como um “desafio para sua segurança”, a par com China e Coreia do Norte. Em linha com os demais países do G7, o Japão banuiu a importação de carvão russo e se comprometeu a eliminar gradualmente sua dependência de importações energéticas russas (Riise, 2022).

Outra importante consequência da guerra na Ucrânia foi o forte aumento nos preços internacionais de carvão e LNG, que serviu como um alerta para o Governo japonês alterar a ênfase de sua política energética, priorizando a segurança energética em detrimento da redução dos GEEs (Reuters, 2024). Uma das principais medidas dessa nova estratégia é a reativação das usinas nucleares japonesas, com 12 reatores já religados ao início de 2024 (The Diplomat, 2024).

No entanto, mesmo que a resistência de parte da população local (oilprice.com, 2023) seja superada, especialistas entendem que substituir as atuais fontes de energia fósseis, sobretudo carvão, por energia nuclear será um desafio e que as metas traçadas pelo Governo são pouco realistas (The Diplomat, 2024). Dentre os principais desafios para a reativação dos reatores japoneses se destacam os obstáculos regulatórios, os custos elevados e o longo tempo necessário para sua reativação (Reuters, 2024).

A multitude de crises e choques vividos pelo Japão ao longo das últimas décadas, do desastre de Fukushima à crise energética causada pela guerra na Ucrânia, destacam a complexidade das decisões energéticas em um país insular,

densamente povoado e com recursos naturais limitados. Ao se analisar a política energética japonesa, fica evidente a dificuldade do país em equilibrar seu objetivo de redução das emissões dos GEEs com a busca pela segurança energética.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

How Japan became the land the energy transition forgot. **The Japan Times**. 2023. Disponível em: <https://www.japantimes.co.jp/commentary/2023/11/06/japan/japan-renewable-energy-transition-slow/>. Acesso em: 17 jun. 2024.

HOWELL, Nina; WEEMS, Philip R. Japan's pivotal role in the global LNG industry's 50-year history. **LEXOLOGY**. 4 de agosto de 2014.. Disponível em: <https://www.lexology.com/library/detail.aspx?g=1d775cb2-c99f-4019-b142-214731b8e828>. Acesso em: 17 jun. 2024.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. Where does Japan get its energy? **IEA**. Disponível em: <https://www.iea.org/countries/japan/energy-mix#where-does-japan-get-its-energy>. Acesso em: 17 jun. 2024.

INSTITUTE FOR SUSTAINABLE ENERGY POLICIES. Summary of Japan's renewable energy. **ISEP**. Abril de 2023. Disponível em: <https://www.isep.or.jp/en/1436/#:~:text=Summary,for%20further%20expansion%20are%20required>. Acesso em: 17 jun. 2024.

In Japan, energy security fears put nuclear back in favour for 2040 plan. **Reuters**. 2024. Disponível em: <https://www.reuters.com/business/energy/japan-energy-security-fears-put-nuclear-back-favour-2040-plan-2024-06-04/>. Acesso em: 17 jun. 2024

Japan backs off of nuclear power after public outcry. **NPR**. 2011. Disponível em <https://www.npr.org/2011/05/11/136209502/japan-backs-off-of-nuclear-power-after-public-outcry>. Acesso em 17 jun. 2024

Japan's nuclear energy revival facing public resistance. **Oilprice.com**. 2024. Disponível em: <https://oilprice.com/Alternative-Energy/Nuclear-Power/Japans-Nuclear-Energy-Revival-Facing-Public-Resistance.html>. Acesso em 17 jun. 2024.

Japan's nuclear energy policy after the Fukushima disaster. **The Diplomat**. 2024. Disponível em: <https://thediplomat.com/2024/03/japans-nuclear-energy-policy-disaster/>. Acesso em: 17 jun. 2024.

Japan's solar PV industry is set for fresh growth. **Energy Monitor**. 2023. Disponível em: <https://www.energymonitor.ai/policy/japans-solar-pv-industry-is-set-for-fresh-growth/>. Acesso em: 17 jun. 2024.

RIISE, Tanvi. Japan's quest for energy security in the "new" world of geopolitics. 2022. **Observatory Indo Pacific**. Disponível em: <https://www.sciencespo.fr/ceii/observatory-indo-pacific/wp-content/uploads/2022/07/IP-Essay-Tanvi-RIISE-Japans-energy-security.pdf>

STATISTA. **Major LNG importing countries**. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/274529/major-lng-importing-countries/>. Acesso em: 17 jun. 2024.

THE FEDERATION OF ELECTRIC POWER COMPANIES OF JAPAN. Why is nuclear power necessary in Japan? **FEPC**. Disponível em: https://www.fepc.or.jp/english/nuclear/necessary/sw_necessary_02/index.html. Acesso em: 17 jun. 2024.

3

ENTRE BALÕES E MÍSSEIS: A PERSISTÊNCIA DO CONFLITO COREANO

Raíssa Cristina Caliano da Silva

Sofia Mendes Magalhães

Em 2024, o conflito entre a República da Coreia e a República Popular Democrática da Coreia, respectivamente conhecidas como Coreia do Sul e Coreia do Norte, ainda desperta a atenção internacional. A troca constante de provocações, como o envio de balões com lixo e fezes pela Coreia do Norte, e a resposta da Coreia do Sul, com balões de propaganda política e k-pop, demonstra que a tensão permanece entre os dois países. Além disso, a Coreia do Sul tem fortalecido suas relações com outros países, incluindo o Japão, um antigo adversário histórico. Embora essa aproximação não contribua diretamente para o congelamento dos canais de comunicação, ela reflete a estratégia sul-coreana de reforçar suas alianças internacionais. As recentes ações, como a suspensão de pactos militares e os envios de balões, evidenciam a complexidade e a profundidade desse embate, tornando ainda mais desafiadora a busca por uma solução pacífica.

Em primeiro plano, é necessário retornar à história coreana, isto é, quando os dois países eram um só. Durante séculos, a Coreia manteve uma relação de vassalagem com a China, sendo este o principal poder hegemônico na região até o século XX. Em 1910, no entanto, a Coreia foi ocupada pelo Japão, que introduziu um sistema de dominação sobre os costumes, mercado, crenças e hierarquias coreanas. Essa dominação foi sangrenta para a população nativa, que sofreu com repressões e discriminação. A insatisfação coreana com a ocupação e desrespeito motivou movimentos pela independência em toda Coreia, tendo fortes bases ideológicas e de guerrilha mais ao norte de Pyongyang, atual capital da Coreia do Norte.

Em 1950, a Guerra da Coreia emergiu principalmente devido às interferências externas sobre o controle da península coreana. No contexto da Guerra Fria entre Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS) e da recente queda do Império Japonês com o final da Segunda Guerra Mundial, vemos a divisão de representações nacionais para cada uma das duas grandes potências da época: com isso, a disputa foi gradativamente mais acirrada.

No início de junho deste ano, a Coreia do Norte lançou centenas de balões carregados

com lixo na Coreia do Sul, reavivando memórias da guerra de propaganda que vem sendo travada pelos dois lados há mais de 60 anos (Kim, 2024). A prática de enviar objetos entre as Coreias começou durante a Guerra da Coreia, com as forças das Nações Unidas (ONU) lançando panfletos sobre o Norte como parte da guerra psicológica. Atos de propaganda entre os Governos foram suspensos em 2000 com a assinatura do Acordo Básico Intercoreano de 1991 e do Acordo Intercoreano para Cessar Atos Hostis de 2000. No entanto, em 2016, após o quarto teste nuclear da Coreia do Norte, a então presidente da Coreia do Sul, Park Geun-hye, retomou as transmissões em alto-falantes na zona desmilitarizada (DMZ, sigla em inglês), transmitindo notícias sobre violações de direitos humanos na Coreia do Norte e músicas populares de ídolos coreanos. Esses atos eram vistos pelos sul-coreanos como uma forma mais ampla de intercâmbio cultural. Em resposta, o governo norte-coreano retomou a distribuição generalizada de panfletos (Kim, 2024).

As tensões entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul aumentaram nos últimos anos devido a uma combinação de fatores, incluindo o aumento do programa de testes de mísseis balísticos e a promessa de ampliar o arsenal de armas nucleares do Norte, além de outros aspectos políticos e militares (Oliveira; Magalhães, 2023). Após o lançamento do satélite militar norte-coreano, *Malligyong-1*, em novembro de 2023, a Coreia do Sul suspendeu partes do Acordo Militar Abrangente que visava amenizar as tensões na península coreana. Este acordo, assinado pelos líderes das duas Coreias em 2018, incluía a cessação de ações militares provocativas, a criação de zonas de paz na DMZ e no mar, e o estabelecimento de canais de comunicação militar para prevenir incidentes e construir confiança mútua. Contudo, o parlamento norte-coreano fechou as três agências governamentais que se dedicam às iniciativas de reunificação e cooperação econômica — o Comitê para a Reunificação Pacífica do País, o Gabinete Nacional de Cooperação Econômica e a Administração Internacional de Turismo. Ademais, o líder da Coreia do Norte, Kim Jong Un, ordenou a destruição de símbolos de união e declarou a Coreia do Sul como o principal inimigo do país, encerrando qualquer expectativa de cooperação a curto prazo (Oliveira; Magalhães, 2023). Tais ações são indicativas do estado atual das relações inter-coreanas, onde a intensificação da retórica hostil e das medidas provocativas demonstra uma tendência de crescente tensão, dificultando ainda mais qualquer avanço em direção à paz e estabilidade na região.

Em 2018, o então presidente da Coreia do Sul, Moon Jae-in, e o líder da Coreia do Norte, Kim Jong-un, anunciaram a Declaração de Panmunjom, na qual concordaram em cessar todos os atos hostis, incluindo as transmissões por alto-falantes e a distribuição de panfletos ao longo da DMZ, a partir de maio daquele ano (Kim, 2024). No entanto, mesmo com a assinatura desse acordo entre os Governos, grupos civis sul-coreanos continuaram a realizar tais atividades, o que levou ao envio de balões carregados de lixo e excrementos pela Coreia do Norte em junho de 2024. A retórica agressiva e as declarações hostis têm aumentado significativamente as tensões na península coreana, prejudicando os esforços de reconciliação e cooperação iniciados pela Declaração de Panmunjom. A ausência de comunicação aberta e a constante desconfiança mútua resultam em um ambiente onde o progresso em direção à paz e estabilidade é extremamente desafiador.

A persistência de uma retórica agressiva e as constantes declarações hostis aumentam significativamente as tensões na península coreana, dificultando os esforços de reconciliação e cooperação. Para além das ações provocativas, a ausência de comunicação aberta e a desconfiança mútua criam um ambiente onde o progresso em direção à paz e estabilidade é extremamente desafiador. É crucial que os atores internacionais busquem manter abertos os canais de diálogo, pois a história mostra que, mesmo em meio a tensões, conversações podem proporcionar oportunidades para resolver conflitos e construir uma paz sustentável na região. Assim, percebe-se como o isolamento das partes em um diálogo pode ser prejudicial para a criação de oportunidades de resolução de conflitos na Península Coreana, tendo em vista o histórico favorável da estabilidade regional quando há conversa entre partes antagônicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELCHIOR, Luisa. Coco x K-pop: entenda a guerra de balões entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul. G1, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/05/30/coco-x-k-pop-entenda-a-guerra-de-balo-es-entre-a-coreia-do-norte-e-a-coreia-do-sul.ghtml>. Acesso em: 16 jun. 2024.

KIM, Hyojung. Coco x K-pop: entenda a guerra de balões entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul. **BBC NEWS BRASIL, 2024**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cw5579nry79o>. Acesso em: 16 jun. 2024.

MAGALHÃES, Sofia Mendes; OLIVEIRA, Renan Guimarães Canellas de. Deterioração das Relações Inter-Coreanas. **Radar Ásia-Pacífico**, março 2024.

PODER360. Coreia do Sul suspende pacto militar com Norte após balões com lixo. **PODER360, 2024**. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/coreia-do-sul-suspende-pacto-militar-com-norte-apos-baloes-com-lixo/>. Acesso em: 16 jun. 2024.

YIM, Hyunsu. Coreia do Norte envia mais 600 balões de lixo pela fronteira, diz Coreia do Sul; veja imagens. **CNN BRASIL, 2024**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/coreia-do-norte-envia-mais-600-baloes-de-lixo-pela-fronteira-diz-coreia-do-sul-veja-imagens/>. Acesso em: 16 jun. 2024.



CAMINHOS PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO NA ÁSIA-PACÍFICO: INTEGRAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Mariana Soares Azevedo Quintanilha
Giovanna Martins Athayde

O relatório "April 2024 Regional Economic Outlook: Asia and Pacific" do Fundo Monetário Internacional (FMI) apresenta uma análise detalhada sobre os desafios e oportunidades enfrentados pela região da Ásia-Pacífico, destacando a importância da integração regional e da cooperação para assegurar um crescimento sustentável e inclusivo. A região, conhecida por seu dinamismo econômico e diversidade, demonstra um desempenho robusto impulsionado por setores-chave como tecnologia, manufatura e comércio. No entanto, enfrenta riscos significativos, como a fragmentação geoeconômica e as mudanças climáticas, que demandam uma abordagem colaborativa e estratégica para promover a estabilidade econômica e a resiliência regional. Neste contexto, a Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC) surge como um fórum essencial para facilitar o diálogo, promover a liberalização do comércio e integrar as economias da região, buscando soluções coletivas para os desafios comuns.

De acordo com o relatório, o crescimento na região da Ásia-Pacífico excedeu as expectativas no final de 2023, registrando uma porcentagem robusta de 5,0% (FMI, 2024). Este desempenho foi impulsionado por forte demanda privada, especialmente nos mercados emergentes. Para o ano de 2024, as projeções indicam uma leve desaceleração para 4,5%, refletindo uma gestão cautelosa dos riscos imediatos.

Um dos principais riscos identificados pelo FMI é a fragmentação geoeconômica, um fenômeno que envolve o aumento das tensões econômicas e comerciais entre países. (FMI, 2024). Essas tensões têm o potencial de minar o crescimento econômico global e a estabilidade, especialmente em uma região tão integrada economicamente quanto a Ásia-Pacífico. O relatório destaca que disputas comerciais globais já estão elevando os riscos para o comércio internacional, como evidenciado pelo redirecionamento de rotas marítimas ao redor da África para evitar o Mar Vermelho, o que resulta em custos de transporte mais elevados.

O FMI salienta que a região da Ásia-Pacífico, apesar de seu dinamismo econômico

e diversidade, enfrenta vários desafios que necessitam ser abordados para assegurar um crescimento sustentável e inclusivo. Impulsionada por setores-chave que são cruciais para seu desenvolvimento, a região se destaca particularmente na tecnologia e inovação, com a China, Japão e Coreia do Sul à frente no desenvolvimento de tecnologias avançadas. Contudo, a necessidade de modernização constante e a adoção de práticas sustentáveis são imperativas. A manufatura e a indústria constituem pilares essenciais da economia desses países, que são líderes globais na produção de eletrônicos e veículos. No entanto, esses setores enfrentam o desafio contínuo de modernização e a necessidade crescente de atender a questões de sustentabilidade para mitigar o impacto ambiental (Xi, 2021).

O comércio e as exportações também são áreas de destaque, com a China posicionando-se como o maior exportador mundial e países como Tailândia e Vietnã desempenhando papéis significativos na segurança alimentar global (FMI, 2024). No entanto, as mudanças climáticas representam uma séria ameaça à produção agrícola e à estabilidade das cadeias de suprimento, demandando investimentos em tecnologias agrícolas sustentáveis e em infraestrutura resiliente às variações climáticas.

Nesse contexto, a cooperação regional desempenha um papel crucial na promoção da estabilidade econômica e na mitigação de conflitos comerciais. A APEC torna-se ainda mais relevante, facilitando o diálogo entre os países membros, promovendo a liberalização do comércio e a integração econômica regional, e buscando soluções colaborativas para desafios econômicos comuns, como infraestrutura, energia e mudanças climáticas. Diante dos desafios colocados pela fragmentação geoeconômica, o FMI enfatiza a importância de os formuladores de políticas adotarem uma abordagem cuidadosa para não exacerbarem as tensões comerciais existentes (FMI, 2024). Iniciativas multilaterais como a APEC não apenas fortalecem a resiliência econômica da região, mas também promovem um ambiente de cooperação que pode ajudar a mitigar os riscos de disrupções econômicas e comerciais prejudiciais ao crescimento sustentável da Ásia-Pacífico.

Os esforços de integração regional na Ásia-Pacífico remontam ao surgimento de um grupo institucionalizado chamado Tigres Asiáticos, que inicialmente incluíam Cingapura, Coreia do Sul, Hong Kong e Taiwan na década de 1960.

Após o sucesso do grupo, caracterizado pelo rápido crescimento econômico e industrial impulsionado por investimentos estrangeiros e exportações, um novo grupo de países ganhou destaque a partir da década de 1990: os Novos Tigres Asiáticos. Este grupo inclui Filipinas, Indonésia, Malásia, Tailândia e Vietnã.

A APEC, criada no ano de 1989, constitui um fórum composto por 21 países-membros. O fórum foi criado por iniciativa do antigo primeiro-ministro da Austrália, Bob Hawake, durante um discurso na Coreia do Sul em resposta à crescente interdependência das economias da região Ásia-Pacífico e ao advento dos blocos econômicos comerciais regionais em outras partes do mundo. Além das onze economias fundadoras, atualmente, integram o fórum China, Hong Kong, Taiwan, México, Papua Nova Guiné, Chile, Peru, Rússia e Vietnã.

Entre 1989 e 1992, a APEC reuniu-se como um diálogo informal a nível de altos funcionários e ministérios. Em 1993, o antigo presidente dos EUA, Bill Clinton, estabeleceu a prática de uma Reunião Anual de Líderes Econômicos da APEC para proporcionar uma maior visão estratégica e orientação para a cooperação na região (APEC, 2024).

O principal objetivo do bloco econômico é a promoção de um crescimento econômico equilibrado, inclusivo, sustentável, inovador e seguro para as populações da região. Ademais, o grupo trabalha intensamente para construir uma comunidade dinâmica e harmoniosa, defendendo o comércio e o investimento livre e aberto; promovendo e acelerando a integração econômica regional e o incentivo à cooperação econômica e técnica. Neste sentido, um dos focos da APEC é facilitar e incentivar um ambiente de negócios favorável, sustentável e seguro para todos os países-membros (APEC, 2024).

A APEC funciona como um fórum econômico-comercial cooperativo e multilateral. As economias membros participam com base no diálogo aberto e no respeito pelas opiniões de todos os participantes. Na APEC, todas as economias têm voz igual e a tomada de decisões é alcançada por consenso. Não existem compromissos vinculativos ou obrigações de tratados. Os compromissos são reforçados numa base voluntária e os projetos de capacitação ajudam os membros na implementação de iniciativas da APEC (APEC, 2024).

Os membros da APEC tomam medidas para reduzir as barreiras tarifárias e não tarifárias ao comércio de toda a região da Ásia-Pacífico e para a realização de novos investimentos, o que estimula a geração de emprego, de renda, de crescimento e oferece maiores oportunidades para o comércio internacional.

As 21 economias membros da APEC representam coletivamente cerca de metade da população mundial, metade do comércio global e 60 por cento do produto interno bruto total. Os aumentos no comércio, no investimento e no crescimento global desde 1989 traduziram-se num aumento significativo do produto interno bruto per capita na região.

Em suma, a Ásia-Pacífico, com sua diversidade econômica e potencial de crescimento, enfrenta desafios significativos, mas também possui inúmeras oportunidades para avanços econômicos e sustentáveis. A fragmentação geoeconômica e as mudanças climáticas representam riscos substanciais que necessitam de respostas coordenadas e integradas. A cooperação regional, promovida por organizações como a APEC, é fundamental para mitigar esses riscos e promover um ambiente de crescimento inclusivo e sustentável. Esforços conjuntos em inovação tecnológica, modernização da infraestrutura e sustentabilidade ambiental são cruciais para garantir um futuro próspero para a região. A integração regional não só fortalece a resiliência econômica, mas também promove um ambiente de cooperação que é vital para enfrentar os desafios globais e regionais, assegurando um desenvolvimento equilibrado e inclusivo na Ásia-Pacífico.

Para lidar com o desafio contínuo de equilibrar o crescimento econômico com a conservação ambiental, uma abordagem de transformação fundamentada nos princípios sustentáveis e tecnológicos surge como uma solução.

Essa transformação implica uma transição dos sistemas energéticos baseados em combustíveis fósseis para fontes renováveis em todos os estágios de produção, transmissão, consumo e armazenamento de energia. Para enfrentar os desafios apresentados por essa nova integração, a indústria necessita de capacidades digitais robustas, tais como conectividade generalizada, uma rede de comunicação confiável e considerável poder computacional (MA, 2023). Estratégias nacionais, como Digital Indonesia, My Digital na Malásia e Digital Hub na Tailândia, estão estabelecendo bases digitais desenvolvidas, acompanhadas de compromissos ambiciosos, como a meta da Tailândia de

alcançar neutralidade de carbono até 2050 e a meta da Indonésia de emissões líquidas zero até 2060.

Apesar das diferentes fases da transição energética em que os países da Ásia-Pacífico se encontram, a abordagem 'verde e digital' deve impulsionar o ímpeto econômico da ASEAN (MA, 2023). Essa trajetória requer colaborações estreitas em todos os setores. Enquanto os governos e as entidades públicas desempenham um papel crucial na criação de um ambiente propício por meio de políticas, financiadores, investidores e empresas de todos os portes contribuem por meio de financiamento verde e mercados de negociação de carbono.

Em suma, os desafios para a transição energética na Ásia-Pacífico são multidimensionais e precisam de respostas urgentes. É fundamental a implementação de políticas robustas, investimentos em tecnologias inovadoras e a cooperação entre os países da região para alcançar uma integração eficaz de fontes renováveis, além de um compromisso firme com a redução da dependência de combustíveis fósseis, ainda tão presente nos países asiáticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APEC. Asia-Pacific Economic Cooperation. 2024. Disponível em: <<https://www.apec.org/>> . Acesso em: 17 jun 2024.

ELECONOMISTA.ES. La “farmacia del mundo”: la India tiene que dejar de depender de China para colgarse el título. *elEconomista.es*. Disponível em: <<https://www.eleconomista.es/salud/noticias/11789082/05/22/La-farmacia-del-mundo-la-India-tiene-que-dejar-de-depender-de-China-para-colgarse-el-titulo.html>>. Acesso em: 16 jun 2024.

EXAME. Xangai, Hong Kong e Singapura disputam posição de centro de fintechs mais forte da Ásia. Disponível em: <<https://exame.com/mundo/xangai-hong-kong-e-cingapura-disputam-posicao-de-centro-de-fintechs-mais-forte-da-asia/>>. Acesso em: 16 jun 2024.

FMI. Regional Economic Outlook for Asia and Pacific. Disponível em:
<<https://www.imf.org/en/Publications/REO/APAC/Issues/2024/04/30/regional-economic-outlook-for-asia-and-pacific-April-2024>>. Acesso em: 16 jun 2024.

FRANCISCO, W. de C. APEC. Brasil Escola, 2024. Disponível em:
<<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/apec.htm>> . Acesso em: 17 jun 2024.

MARTINS, R. M. G-20, Brasil e Apec, Peru: cenários do jogo geopolítico em 2024. Opera Mundi, 11 dez. 2023. Disponível em:
<<https://operamundi.uol.com.br/opiniaog-20-brasil-e-apec-peru-cenarios-do-jogo-geopolitico-em-2024/>>. Acesso em: 17 jun 2024.

SAUVÉ, Pierre; PASADILLA, GLÓRIA, O ; MIKIC, Mia. Service sector reforms : Asia-Pacific perspectives. Unescap.org, 2013. Disponível em:
<<https://repository.unescap.org/handle/20.500.12870/3112>>. Acesso em: 16 jun 2024.

XI, J. The Impact of New Technology on China-Japan Economic Development Research. International Business School, Sichuan International Studies University, Chongqing, 2021.

5

O IMPACTO DO “GOLD GALA” NA ÁSIA-PACÍFICO

Luiza Simões Bethlem Monteiro

Matheus Lopes de Albernaz

Samia Abinader Franco

No dia 11 de maio de 2024, ocorreu em Los Angeles, no Music Center, o Gold House Gala Asia-Pacific. Também chamado apenas de “Gold Gala”, é um evento anual que celebra e reconhece as conquistas da comunidade Ásia-Pacífico e das Ilhas do Pacífico em áreas como tecnologia, entretenimento, moda, entre outros. O evento é patrocinado pela Organização sem fins lucrativos Gold House, que é conhecida por promover a pluralidade cultural da Ásia Pacífico por meio de investimentos e eventos. Esse ano, o evento contou com mais de 600 convidados (FORBES, 2024). Entre eles havia celebridades, líderes empresariais, ativistas, artistas, pioneiros da tecnologia, entre outros. O Gold House Gala possui uma importância muito grande para a região da Ásia Pacífico, pois apesar de ocorrer nos Estados Unidos, ele promove as maiores conquistas e contribuições dos asiáticos celebrando os maiores desempenhos como filmes asiáticos, aplicativos (GOLDEN HOUSE,2024), demonstrando sua influência cultural para o sistema internacional.

O tema deste ano foi “A Gold New World” e, para melhor representar o evento, foi criado o cargo de Diretor Criativo, chamado de “Gold Gala Creative Director” e ocupado pelo vencedor de um dos prêmios, o famoso designer Prabal Gurung, nascido em Singapura. Ele criou um palco imersivo com nuvens douradas e uma passarela do pôr do sol até o nascer do sol para representar um antigo para um novo mundo. A prioridade do Gold House Gala não é somente a criação de um encontro anual e sim um encontro cultural que se expande a cada ano. Cada elemento do Gold Gala é inspirado por uma experiência ou uma identidade da comunidade da Ásia-Pacífico (CHENG,2024).

A premiação esse ano homenageou a personagem Hello Kitty, criada pela empresa japonesa Sanrio. A famosa Nymphia Wind, o nome artístico de Leo Tsao, uma drag performer e taiwanês, também foi homenageada. Nesse ano, ela foi coroada a vencedora da 16ª temporada de RuPaul's Drag Race, tornando-se a primeira vencedora Asiática.

No âmbito culinário, o primeiro restaurante indiano que recebeu uma estrela Michelin nos Estados Unidos, o Semma, foi premiado através do chefe Vijay Kumar.

A atriz, modelo, escritora e apresentadora indiana, Padma Lakshmi, além de ser homenageada, foi apresentadora do programa *Top Chef*, e colaborou na concepção do menu com o chefe do restaurante Semma, uma forma de demonstrar sua cultura indiana na comida oferecida pelo evento.

Além de promover a inclusão e a diversidade, a cerimônia destaca a importância de incluir vozes asiáticas e das ilhas do Pacífico em todas as esferas da sociedade, ajudando a combater estereótipos e a promover uma imagem mais positiva e precisa dessas comunidades. A realização de um evento que valoriza a cultura da Ásia Pacífico nos Estados Unidos pode ser também considerada um exercício de Soft Power, em que se busca não só valorizar as produções artísticas, mas usá-las como mecanismo de atração e tentativa de projeção de poder através da influência cultural, que se estende para demais esferas. Na esfera econômica, por exemplo, busca-se a partir desse projeto, suscitar investimentos e parcerias na Ásia, como pode ser visto nas palavras do CEO da Gold House, Bing Cheng:

Estamos nos concentrando no lançamento e expansão de um programa formal de adesão e galvanização pela primeira vez para receber ainda mais líderes em todo o mundo para impulsionar este movimento, ampliando nossos fundos – para empreendimento e conteúdo – incluindo capitalização, serviços, parcerias na Ásia. (CHENG,2024)

Assim, aponta-se o desejo da empresa de acelerar uma expansão entre continentes e aumentar a exposição para encorajar a sua iniciativa de solidariedade entre culturas. Mostra-se também como uma valiosa plataforma de networking reunindo indivíduos influentes e profissionais de diversos setores, proporcionando novas colaborações, parcerias e oportunidades de negócio entre Ásia-Pacífico e o Ocidente.

Conclui-se portanto a importância do evento na difusão de uma imagem representando a diversidade cultural presente na Ásia-Pacífico, devido que ao longo da comemoração com a criação de uma decoração feito em homenagem a região, além dos famosos homenageados estarem vestidos com peças com características asiáticas (Variety, 2024). Uma região que possui muitos aspectos culturais, econômicos e sociais que devem ser compartilhados para o mundo. O Gold House é uma organização que pode ser considerada uma ferramenta de Soft Power, pois é influente por se destacar

para promover a representação e o impacto dos asiáticos em diversas indústrias e na sociedade em geral. Essa região ao decorrer dos anos teve um crescimento significativo ao ponto de ter uma grande influência no Sistema Internacional. Vale destacar também o impacto emocional que essa celebração gera na própria população da Ásia-Pacífico, pois ao premiar e reconhecer indivíduos de destaque, aumenta a visibilidade de suas realizações e histórias, inspirando outras pessoas a perseguirem seus próprios objetivos, independente de suas etnias. De acordoAdemais, é importante ressaltar a relevância que a localidade do evento possui na promoção do Soft Power asiático, pois Los Angeles é a cidade dos Estados Unidos com a maior população AAPI (Asiáticos-Americanos e das Ilhas do Pacífico), com seu estado, Califórnia, abrigando aproximadamente 6 milhões de indivíduos dessa população (Ylanan; Kambhampati, 2024)

Em resumo, é possível perceber o papel fundamental que o Gold House Gala Asia-Pacific tem como uma plataforma para impulsionar a cultura, culinária e costumes da região Ásia-Pacífico ao redor do globo. Por ter sido realizado em Los Angeles, esse evento causa um impacto ainda maior para as comunidades da Ásia-Pacífico vivendo na cidade. Portanto, contribui na construção de uma sociedade mais inclusiva e diversa ao celebrar a cultura das diversas comunidades asiáticas e das ilhas do Pacífico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FORBES. Gold House celebrates AAPI change makers at the 3rd Annual Gold Gala. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/yolarobert1/2024/05/15/gold-house-celebrates-aapi-change-makers-at-the-3rd-annual-gold-gala/?sh=1cd381196cbe>. Acesso em: 20 jun. 2024.

VARIETY. Gold House Gala honorees: Lucy Liu, Padma Lakshmi. Disponível em: <https://variety.com/2024/biz/news/gold-house-gala-honorees-lucy-liu-padma-lakshmi-1235977081/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

VOGUE. Best looks at the 2024 Golden Gala. Disponível em: <https://www.vogue.com/slideshow/best-looks-2024-golden-gala>. Acesso em: 20 jun. 2024.

CNN. Gold Gala fashion: AAPI celebration in Los Angeles. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2024/05/13/style/gold-gala-fashion-aapi-los-angeles-intl-hnk/index.html>. Acesso em: 20 jun. 2024.

GOLD HOUSE. Disponível em: <https://goldhouse.org/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

YLANAN, Aida; KAMBHAMPATI, Sandhya. How Los Angeles County became home to the biggest AAPI communities in the country. Los Angeles Times. Disponível em: <https://www.latimes.com/california/story/2024-05-15/how-southern-california-became-home-to-the-biggest-aapi-communities-in-the-country>. Acesso em: 20 jun. 2024.

6

CHINA E TAIWAN: ELEIÇÕES E OPERAÇÕES MILITARES

Maria Gabriela Veloso Camelo
Marina Conde Galvão Zenha

A relação entre a mainland China e Taiwan se dá de maneira tortuosa desde seu início, devido à dominação da ilha pelo Kuomintang em 1945 e a fuga de Chiang Kai-shek e seus aliados em direção ao ilhéu após sua derrota na Guerra Civil Chinesa em 1949. Por conta de todo o histórico e as discussões acerca da legitimidade de um possível Estado taiwanês independente, ainda hoje, os dois atores possuem um difícil vínculo. Além disso, tal relacionamento apresenta uma série de pontos de inflexão que são, por vezes, obra das interferências dos Estados Unidos, tendo em vista suas tensas interações com a China e seu profundo interesse no estreitamento das relações com Taiwan dada sua expressa fabricação de semicondutores.

No início deste ano, os taiwaneses participaram de novas eleições presidenciais, algo que por si só já poderia agravar tensões; e seu resultado desagradou profundamente Pequim, que ameaça responder com força bruta. Os "exercícios militares" promovidos pela República Popular da China nas proximidades da ilha nos últimos dois meses são um exemplo do descontentamento chinês com os resultados e de uma tentativa de intimidar os taiwaneses com seu poder militar.

Desde 2016, podemos observar um acirramento entre Pequim e Taipei devido à consagração de Tsai Ing-Wen do Partido Democrático Progressista (PDP), eleita com 56% dos votos, como presidente da República da China (Silva, 2017). Tsai já era previamente conhecida por reivindicar a soberania e a independência de Taiwan. Entretanto, ela não mobilizou essa plataforma durante sua campanha presidencial, optando por eufemizar esse discurso através da defesa da democracia, resguardo da integridade e identidade nacional e manutenção do status-quo (Silva, 2017). Durante seus mandatos, Ing-Wen realizou uma série de movimentos de aproximação aos Estados Unidos, como por exemplo, em 2023, quando se encontrou com Kevin McCarthy – então presidente da Câmara dos Representantes estadunidense – em abril. Em seguida, recebeu sua sucessora, Nancy Pelosi, na ilha em agosto, o que gerou uma série de controvérsias com a República Popular da China que interpretou essas ocasiões como provocação (BBC, 2023).

A agenda dos mandatos de Tsai Ing-Wen se apresentou como antagônica à de seu antecessor Ma Ying-Jeou do partido Kuomintang (KMT), que estreitou laços com a China. Durante seu tempo na presidência, Ying-Jeou alcançou uma série de feitos, consolidando uma série de canais de troca com Pequim, chegando a somatizar mais de 20 memorandos e acordos. Além disso, Ma se encontrou com Xi Jinping e consolidou o Consenso de 1992, reforçando a existência de apenas uma China (Silva, 2017). Assim, podemos observar a volatilidade das relações Pequim-Taipei e constatar que, aos olhos do Partido Comunista Chinês (PCC), seu relacionamento com o Estreito de Taiwan mudou radicalmente rapidamente.

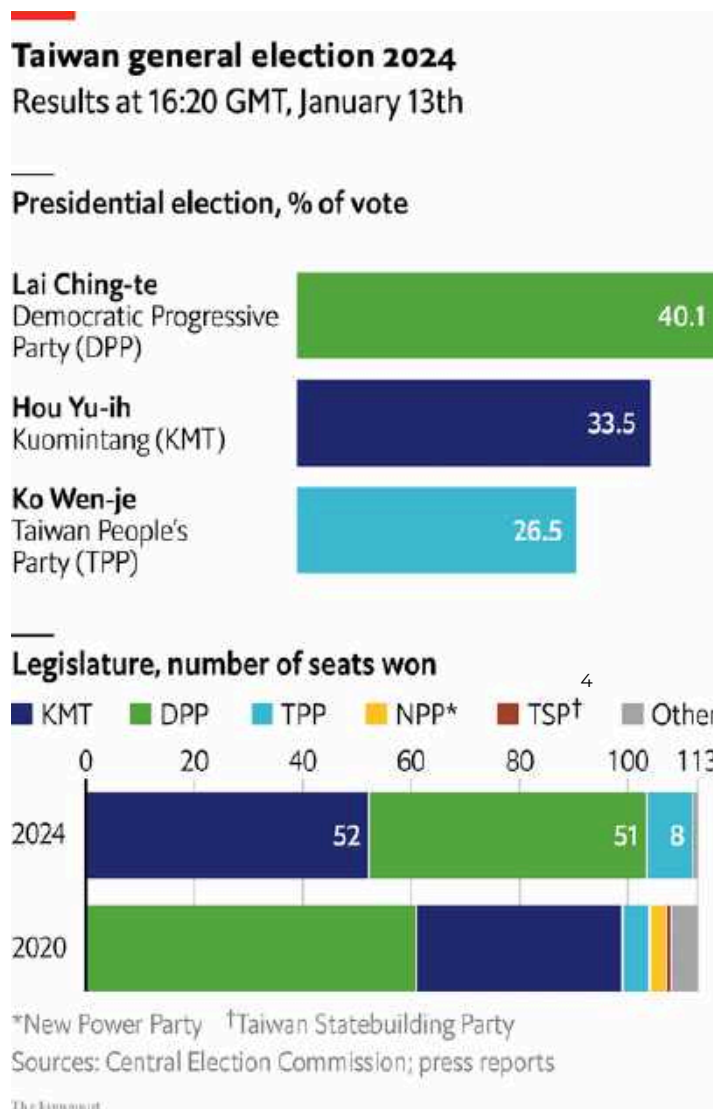
Após governar por oito anos, Tsai Ing-Wen não podia concorrer novamente às eleições presidenciais locais, visto o limite de dois mandatos por titular. Assim, o Partido Democrático Progressista precisava lançar um novo candidato para a disputa presidencial. Diante desse cenário, o médico Lai Ching-Te, também conhecido como William Lai apareceu como uma opção. Ele ocupava o cargo de vice-presidente desde 2020, já conhecido por fazer parte da ala dita como mais radical do PDP, além de liderar a coalizão Pan-Verde e ter ocupado os cargos de prefeito do Município Especial de Tainan e primeiro-ministro do Estreito de Taiwan de 2017 a 2019 (O Globo, 2024). Antes mesmo das eleições, a China já acusava Lai de ser um “separatista perigoso” e rejeitava suas tentativas de diálogo (O Globo, 2024).

Mesmo com o descontentamento claro de Pequim com a figura de William Lai, ele seguiu com sua candidatura. Assim, as eleições foram também disputadas por Ko Wen-Je, que concorreu ao cargo pelo Partido Popular, e por Hou Yu-Ih, membro do Kuomintang, que é o principal rival do PDP. Ainda, Terry Gou - CEO da Foxconn - lançou uma campanha de forma apartidária para tentar eleger-se, porém deixou a corrida presidencial em novembro de 2023 por motivos ainda incertos. Ele não declarou apoio a nenhum dos outros candidatos, mas é de conhecimento do público que Terry já tentou se filiar ao KMT, sem sucesso, e tentou unir os demais partidos da ilha contra o Partido Democrático Progressista.

A tensão pairou no ar durante todo o processo eleitoral. Um dia antes da eleição, o Ministro da Defesa chinês declarou que “o Exército está em alerta e vai tomar todas as ações necessárias para esmagar qualquer plano de independência de Taiwan” (O Globo, 2024). Apesar das adversidades, cerca de

70% dos habitantes do Estreito de Taiwan votaram no dia 13 de janeiro de 2024 algum candidato à presidência (The Economist, 2024). A vitória de Lai Ching-Te com 40,1% não surpreendeu os taiwaneses, visto que ia de encontro com as pesquisas de opinião acerca dos candidatos. Em segundo lugar na disputa, Hou Yu-Ih recebeu cerca de 33,5% dos votos e Ko Wen-Je contou com 26,5% dos votos.

Figura 1: Eleições gerais de Taiwan 2024



Fonte: The Economist, 2024

Em paralelo às eleições presidenciais, também ocorreram as eleições para a Legislatura do país. De forma semelhante à corrida presidencial, o Kuomintang e o Partido Democrático Progressista protagonizaram a disputa e obtiveram a maioria das cadeiras. Entretanto, diferentemente do resultado presidencial, o KMT obteve maior êxito do que o PDP, visto que conquistaram mais cadeiras no que nas eleições passadas e obtiveram um maior número de eleitos do que seus rivais.

A consagração de William Lai como presidente, por si só, já desagradou a China continental, visto seus posicionamentos firmes em prol de uma Taiwan desunificada da China. No entanto, esse descontentamento foi agravado pelo discurso do novo presidente que declarou seu ímpeto de proteger a ilha das ameaças e intimidação chinesa (BBC, 2024). Além disso, Lai descreveu seu discurso inicial como uma “confissão da independência de Taiwan”, o que gerou um profundo descontentamento de Pequim (O Globo, 2024). Ademais, dado os resultados mais favoráveis ao KMT das eleições para a Legislatura, o Partido Comunista Chinês afirma que Ching-Te não representa os interesses dos habitantes do Estreito de Taiwan.

Se sucederam uma série de movimentações e declarações desgostosas por parte do governo chinês, que não descarta o uso da força para a retomada da ilha. Em maio de 2024, logo após a posse do novo presidente taiwanês, a China iniciou uma série de manobras militares, como treinamento de prontidão de combate e ataques contra alvos importantes, em torno do Estreito de Taiwan, em uma tentativa de “punir” os separatistas por suas atitudes. Estes exercícios militares são o mais recente desdobramento na relação entre estes dois atores e continuaram acontecendo no mês de junho, mas de forma menos “oficial”.

Os planos das forças armadas chinesas incluem o uso de equipamento balístico no exercício de maio de 2024, chamado “Espada Conjunta 2024A” (O Globo, 2024). Diante desse cenário intimidador, Lai afirma que Taiwan “não cederá à pressão” e tenta estreitar seus laços com os Estados Unidos através de um agradecimento a Casa Branca publicamente pelo através da venda de drones e equipamentos diversos que juntos somam cerca de US\$360,2 milhões de dólares (O Globo, 2024).

Figura 2: Comparação da área dos exercícios militares Chineses em 2022 e 2024.



Fonte: China Central Television, 2024 apud BBC, 2024

Assim, podemos concluir que as tensões entre Taiwan e China se encontram extremamente elevadas, dado todo o contexto político de seu relacionamento. Além disso, as manobras militares realizadas pela China nos levam a antecipar uma possível escalada dessa inflexão, o que poderia contar com ainda mais envolvimento de velhos rivais de Pequim, como os Estados Unidos e o Japão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFP-Pequim. China adverte que manterá pressão militar sobre Taiwan. O Globo, 29 Mai. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/05/29/china-adverte-que-manterá-pressão-militar-sobre-taiwan.ghtml>. Acesso em: 17 jun 2024.

AFP-TAIPEI. Taiwan 'não cederá à pressão' da China, diz presidente Lai Ching-te. O Globo, 19 Jun. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/06/19/taiwan-nao-cedera-a-pressão-da-china-diz-presidente-lai-ching-te.ghtml>. Acesso em: 20 jun 2024.

BBC BRASIL. China faz exercícios militares ao redor de Taiwan após ilha empossar presidente. BBC Brasil, 20 jun. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/ckv4jl209zko>. Acesso em: 17 Jun. 2024.

BBC NEWS. Taiwan elege presidente considerado 'encrenqueiro' pela China. BBC News, 13 Jan. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cjegv015dx8o>. Acesso em: 18 Jun. 2024.

GAN, Nectar; LENDON, Brad. China faz exercícios militares ao redor de Taiwan após ilha empossar presidente. CNN Brasil, 23 mai. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/china-faz-exercicios-militares-ao-redor-de-taiwan-apos-ilha-empossar-presidente/>. Acesso em: 17 Jun. 2024.

GAN, Nectar. Quem é Lai Ching-te, o novo presidente de Taiwan. CNN Brasil, 15 jan. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/quem-e-lai-ching-te-o-novo-presidente-de-taiwan/>. Acesso em: 18 Jun. 2024.

LEE, Jyun-Yi. China's Coercive Measures Against Taiwan in the Context of the Taiwanese and U.S. Elections. Taipei: Institute for National Defense and Security Research, 2024. Disponível em: <https://www.pf.org.tw/wSite/public/Attachment/003/f1713333636186.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2024

O GLOBO. China ameaça esmagar militarmente qualquer plano de independência de Taiwan, que vai às urnas neste sábado. O Globo, 12 Jan. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/01/12/china-ameaca-esmagar-militarmente-qualquer-plano-de-independencia-de-taiwan-que-vai-as-urnas-neste-sabado.ghtml>. Acesso em: 20 Jun. 2024.

O GLOBO. China inicia manobras militares ao redor de Taiwan e afirma que são uma 'punição' aos 'independentistas'. O Globo, 22. Mai. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/05/22/china-inicia-manobras-militares-ao-redor-de-taiwan-e-afirma-que-sao-uma-punicao-aos-independentistas.ghtml#:~:text=Nesta%20quarta%2C%20um%20representant e%20das,um%20recado%20indireto%20aos%20EUA>. Acesso em: 20 Jun. 2024.

O GLOBO-Taipei. Taiwan classifica cerco chinês como provocação 'irracional', e Pequim faz alerta a separatistas. O Globo, 23 Mai. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/05/23/taiwan-classifica-cerco-chines-como-provocacao-irracional-e-pequim-fala-em-aviso-a-separatistas.ghtml>. Acesso em: 20 Jun. 2024.

SILVA, Jorge Tavares da. Taiwan e as relações com a China. Janus, Observare: Lisboa, p. 44-45, 2017. Disponível em: https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/3533/1/1.18_JorgeTSilva_TaiwanChina.pdf. Acesso em: 19 Jun. 2024.

STOŠIĆ, Sanja. The Nature of China and Taiwan Conflicting Relations. Politika Nacionalne Bezbednosti, vol. 24, n. 1, pp. 107-130. Belgrado: Institute for Political Studies, 2023. Disponível em: <https://scindeks.ceon.rs/Article.aspx?artid=2334-959X2301107S&lang=en>. Acesso em: 18 jun. 2024

THE ECONOMIST. Defying China, Taiwan elects William Lai Ching-te as president. The Economist, 13 Jan. 2024. Disponível em: <https://www.economist.com/asia/2024/01/13/defying-china-taiwan-elects-william-lai-ching>.



LIGA DE ESTUDOS
ÁSIA-PACÍFICO



Instituto
de Relações
Internacionais



PUC
RIO

